

Engajamento individual e histórias de vida no Núcleo Memória¹

Danielle Parfentieff de Noronha²

Faz mais de 25 anos que a ditadura militar, instaurada no Brasil entre 1964 e 1985, terminou e que o país iniciou sua caminhada para o tipo de governo que conhecemos hoje. Pensar em militância durante um regime ditatorial apresenta questões e situações muito diferentes das que temos nos movimentos atualmente, porém, muitos que militaram contra o governo autoritário, hoje continuam em luta. Os motivos que os levaram a se engajar em uma causa política nas décadas de 1960 e 1970 fazem parte de um contexto que gira em torno do momento em que viveram, das relações que mantinham e das possibilidades que tiveram.

Hoje, para muitos, a ditadura simplesmente acabou, mas para boa parte daqueles que militaram e tiveram suas memórias silenciadas, esquecidas e, em sua maioria, sem as devidas punições, ainda há muitas questões para se resolver referentes a este período. Também, não são apenas pessoas que sofreram diretamente a violência da ditadura que lutam contra ela atualmente. Há aqueles que nasceram depois do período, se engajam pela causa, e lutam para evidenciar diferentes memórias daquelas mais conhecidas pela história dominante.

Dentro desta perspectiva, qual a importância das histórias de vida para o engajamento individual em uma luta por uma memória do passado? A partir das leituras realizadas na disciplina *Engajamento, militância e participação política*, do mestrado em antropologia, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), busco responder a esta questão a partir da análise do Núcleo de Preservação da Memória Política (ou Núcleo Memória), que tem como objetivo promover políticas públicas e ações educativas relacionadas à memória política e defesa dos direitos humanos.

A partir de entrevistas biográficas³ realizadas com cinco membros, três fundadores e duas participantes, do Núcleo Memória, buscou-se analisar os seus itinerários militantes e o que os levou ao engajamento, verificando o contexto político em que isto ocorreu, se houveram influências externas e quais foram, quais foram suas relações pessoais, além de procurar entender todo o caminho percorrido para criação do movimento.

Dois vertentes dominantes estudam os movimentos sociais com o objetivo de responder as questões que envolvem este universo, a norte-americana e a francesa. Apesar de haver levantamentos importantes em ambas as escolas, a presente pesquisa

buscou trabalhar os seus questionamentos a partir das teorias e ideias apresentadas pelos autores franceses, principalmente no que diz respeito ao engajamento individual.

Enquanto para alguns autores o engajamento individual passa apenas pelas intencionalidades do ator, outros acreditam que há influências externas, como o meio social ou sua trajetória familiar, que ajudam uma pessoa decidir a militar por uma causa. Para Olivier Fillieule são diversas questões que podem levar um indivíduo a se engajar, como por exemplo, a identidade e a sua história de vida (FILLIEULE, 2001). Para ele, é importante entender a trajetória do grupo em que o indivíduo está inserido, além dos diferentes universos dos quais ele faz parte.

Como por exemplo, o autor pontua algumas mudanças na vida do indivíduo que podem alterar a sua identidade, assim como sua história de vida. São elas: institucionalização de mudanças (casamento, etc.) e acidentes pessoais (crises, fracassos, etc.), esta última com ênfase na despersonalização e iniciação, que pode produzir mudanças duradouras e irreversíveis das identidades, ou seja, representações, atitudes e padrões (FILLIEULE, 2001).

Podemos entender que os indivíduos se engajam a partir de diversos fatores que envolvem o *habitus*, conceito de Pierre Bourdieu, mas trabalhado por Fillieule de outra forma. Dentro desta afirmação, podemos levantar a importância do capital. Bourdieu acredita que as diferenças de classes determinam quem são os detentores do discurso e da representação, demonstrando a importância do capital escolar e cultural, além de outras diferenças da sociedade, como por exemplo, ser homem ou mulher (BOURDIEU, 2007). O sociólogo questiona qual a origem dos indivíduos que se engajam, porém Fillieule amplia esta discussão, pois acredita que as respostas do autor não são satisfatórias para todas as ideias que esta pergunta coloca.

Klaus Eder aponta que a classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais de dois modos: o primeiro é por ela determinar a ação coletiva, onde a cultura é reduzida e existe um tipo de ideologia que reproduz uma dada estrutura de classe. O segundo efeito, menos visível, é onde há uma referência à cultura e esta deve ser a maior preocupação de quem estuda os movimentos sociais (EDER, 2001).

No caso da presente pesquisa, todos os entrevistados possuem trabalho, profissão e, apenas um deles não se formou no ensino superior, e não por falta de recursos⁴, mas por um acidente pessoal, e outros três tiveram influências diretas de pessoas relacionadas à universidade⁵ para a entrada em suas carreiras militantes. Um dos entrevistados revelou que o grupo do qual fazia parte tinha preferência por

militantes mais profissionalizados e entendidos de política, o que remete aos estudos de Lochard e Simonet (2009).

Durante o trabalho ficou clara a importância dos eventos biográficos para o engajamento da maioria dos entrevistados. Para isto, busquei entender o passado social com o objetivo de ver o que os levaram a se interessar por política, para assim apresentar suas carreiras militantes. Por exemplo, dos cinco entrevistados, três possuem passado de militância em suas famílias, quatro foram altamente influenciados pelo contexto político e as redes de relacionamento foram importantes para todos eles.

A exemplo da pesquisa realizada por Seild (2009), podemos perceber que para entender a dimensão do engajamento é importante compreender as demais dimensões, como familiar e amorosa. Nesta perspectiva, os principais fatores analisados foram as trajetórias familiar, o itinerário escolar, as redes de relações e algumas informações como profissão e origem geográfica. Neste mesmo sentido, Fillieule e Pudal (2010) demonstram que para determinar os passos de uma carreira militante e o que levou um indivíduo a se engajar é importante analisar o contexto político e social e as oportunidades que este teve para se engajar.

Passy (1998) também trabalha a questão de como funciona o processo para o engajamento individual. A autora acredita que este processo é composto por duas etapas distintas. Primeiro, a detenção de certos capitais sociais e culturais e também a questão da interação cultural, que traz a questão das redes de relacionamento os laços sociais que os indivíduos possuem.

As análises propostas pelos autores franceses não excluem totalmente as ideias que foram apresentadas anteriormente por autores como John McCarthy, Doug McAdam e Charles Tilly, um dos pesquisadores mais citados nos textos trabalhados durante a disciplina, mas de alguma forma tentam responder a pontos que estas deixaram em aberto. Fillieule, por exemplo, propõe explicar a partir das histórias de vida dos indivíduos questões que já foram colocadas por outras teorias, pensando no indivíduo como ponto de análise.

Tilly, que fixou um consagrado vocabulário nos estudos dos movimentos sociais, “que inclui conceitos como estrutura de oportunidades, organizações, recursos, repertórios de ação e ciclo de mobilização” (SEIDL, 2011, p. 178), é questionado pelos autores franceses por apresentar modelos muito fechados. Cécile Péchu (2007) acredita que é mais importante compreender o que os indivíduos fazem do que categorizá-los em teorias prontas, já que há uma questão moral envolvida nas atitudes do ator. Em sua

opinião, as teorias de Tilly não são suficientes para suprir esta posição moral, que é extremamente presente na pesquisa realizada com os membros do Núcleo Memória.

As formas de engajamento individual também foram tema de trabalho de autores norte-americanos. A influência dos laços de amizade ou familiares, por exemplo, foi trabalhado por Doug McAdam e Ronnelle Paulsen (1993). Para os autores este fator não é suficiente para levar um indivíduo a se engajar. Eles acreditam que faltam informações que possam criar uma teoria específica sobre a relação entre laços sociais, que pode ser laços interpessoais ou a associação em organizações, e ingresso de indivíduos em movimentos.

Também Bert Klandermans e Dire Oegema (1987) apresentam um trabalho no sentido de perceber as motivações e as barreiras que levam um indivíduo a participar de movimentos sociais. Os resultados mostraram a importância das redes informais, mais do que as formais, e que os incentivos ideológicos e sociais apareceram como principais motivações para fazer uma pessoa participar da manifestação estudada. Neste caso, conhecer outras pessoas que faziam parte da mobilização acabou sendo uma variável importante no processo de mobilização. Porém, os dois textos citados não dão conta de responder a questão principal do presente trabalho.

Para Thévenot (1999), Cefai e Trom (2001) o engajamento individual é um dos possíveis regimes de engajamento existentes. Thévenot acredita que as teorias dão mais importância aos atores do que às ações. São diversos os caminhos que levam um indivíduo se engajar. Estudos demonstram que podem ser questões individuais ou políticas, diferentes modos de insatisfação, os relacionamentos, a identidade e, estes variam conforme a escola, norte-americana ou européia, e têm variadas relações com a política. Para o autor, muitos pesquisadores ficam presos às suas próprias opiniões (ou de determinadas escolas) sem conseguir ouvir as demais para criar algo mais consistente.

Núcleo de Preservação da Memória Política

Inicialmente, o Núcleo Memória surgiu como um grupo de trabalho fundado dentro do contexto de atividades do Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo, entidade fundada em 2001 para defender os interesses dos ex-prisioneiros políticos e perseguidos durante o governo militar, e se tornou uma instituição independente a partir de fevereiro de 2009, mesmo ano que passou a ser o

primeiro membro institucional brasileiro da Coalizão Internacional de Museus de Consciência em Lugares Históricos.

A ideia de transformar o Núcleo Memória em uma instituição independente nasceu da assistência fornecida por alguns membros do movimento à criação do Memorial da Resistência, em parceria com Secretaria de Cultura de São Paulo e a Pinacoteca do Estado, quando foi transformado o prédio onde funcionou a sede do DEOPS (Departamento de Ordem Política e Social) em um importante museu sobre o passado político do país, que recebe cerca de cinco mil visitantes por mês.

Os principais trabalhos realizados pelo Núcleo são a organização de cursos e palestras para jovens e professores, publicação de cartilhas sobre assuntos ligados à ditadura, a realização, desde 2008, dos Sábados Resistentes, uma ou duas vezes por mês, no Memorial da Resistência, com lançamentos de vídeos, livros, peças, onde focam assuntos do passado com projeção para o futuro. O principal objetivo é levantar a discussão sobre as mais diferentes memórias do período da ditadura que foram silenciadas por uma dominante, trazendo discussões e buscando apresentar, principalmente aos jovens, este passado que muitos desconhecem.

Hoje, o Núcleo Memória possui cerca de 15 membros ativos, além daqueles que ajudam esporadicamente. Todos trabalham de forma voluntária, porém não necessitam ter gastos, pois o Núcleo recebe uma verba da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Futuramente, um dos objetivos do grupo é conseguir financiamento em projetos para financiar estudos de jovens sobre o regime autoritário.

Para um dos fundadores do Núcleo, os três últimos anos foram favoráveis para a discussão dos assuntos relacionados à memória do período ditatorial, devido certas mudanças e algumas pessoas-chave que levantaram a bandeira, como o ex-ministro Tarso Genro e a atual presidente do país, Dilma Rousseff, ex-militante e presa política. Atualmente, os assuntos relacionados à punição dos responsáveis pela ditadura, a abertura dos arquivos, entre outras questões, são favoráveis, como por exemplo, pela instauração da Comissão da Verdade. Para o entrevistado, há também um interesse político do Brasil em resolver esta questão. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ligada à OEA, por exemplo, está questionando o governo brasileiro pela impunidade dos responsáveis pelas violências praticadas durante a ditadura e, além disso, o país tem interesse em conseguir uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU e está sendo mundialmente observado. Por coincidência ou não, foi bem neste contexto que o Núcleo firmou as suas atividades.

Dos cinco membros entrevistados para a pesquisa, é importante ressaltar que os três fundadores foram militantes durante a ditadura militar, em diferentes organizações, quando foram presos e torturados. São de cidades diferentes e se conheceram na prisão. Por se tratar de um governo autoritário, o contexto político já era inevitavelmente favorável ao engajamento. Dos dois personagens que entraram para o Núcleo no decorrer de sua existência, uma nasceu um pouco antes do golpe e possui uma família com histórico de militância e a outra não tem esta relação, sendo a entrevista com a história de vida mais diferente de todo o grupo.

Para tentar demonstrar a importância das histórias de vida para o engajamento individual, neste caso, na luta por uma memória do passado, apresentarei a seguir um resumo dos levantamentos feitos durante as entrevistas realizadas com os membros do Núcleo de Preservação da Memória Política.

Contexto político e capital escolar

A., 62, nasceu no Egito e veio para o Brasil aos seis anos, onde foi naturalizado provisoriamente. Seu pai era contador e sua mãe balconista e, para ele, principalmente por serem estrangeiros, não estavam muito ligados às questões políticas no Brasil. Iniciou sua carreira militante no movimento estudantil secundarista, aos 16 anos, em 1965. O entrevistado acredita que o contexto político no qual se encontrava o Brasil era propício para levar os jovens a buscar uma conscientização do que estava acontecendo no país. No curso pré-vestibular, ele e alguns amigos foram influenciados por professores a participarem da Ação Libertadora Nacional (ALN), no começo de 1968. Em seguida começou a cursar jornalismo e a fazer parte do setor de apoio aos militantes, ficando na legalidade e ajudando aqueles que estavam na clandestinidade.

Foi preso em março de 1970 pela Operação Bandeirantes (Oban), que mais tarde se tornou o DOI-CODI, em uma emboscada, e foi levado para a parte clandestina da Oban, na Rua Tutóia, onde ficou 27 dias “desaparecido” e depois teve seu processo legal, onde ficou preso por quatro anos. Ao sair da prisão, por não ser naturalizado brasileiro oficialmente⁶, foi expulso do país e acabou indo para Israel.

Retornou para o Brasil em 1980, devido a lei da anistia⁷, com uma situação diferente, pois já se encontrava casado e com um filho pequeno, e como não tinha profissão, pois não terminou os estudos devido a prisão, conseguiu um trabalho como administrador em uma empresa internacional, pela qual morou fora de 1984 a 2004, não se filiando a mais nenhum movimento nem partido político. Em 2006, após se

aposentar, voltou a militar pelos direitos humanos, participou do Fórum de Ex-Presos Políticos e depois foi um dos responsáveis pela fundação do Núcleo Memória.

Trajetória familiar

V., 56, é natural de Porto Alegre, e como ele mesmo diz, nasceu na luta e respira política desde a maternidade. Com seus pais atrás de emprego, morou com a família no Rio de Janeiro, de 1960 a 1964, voltou para a capital gaucha e depois mudou para São Paulo em 1969. Sua família toda era engajada e seus pais possuíam um passado de militância desde a juventude. Seu pai era mecânico e sua mãe professora primária e ambos lutavam pela libertação da classe operária. Foram militantes do Partido Comunista até a década de 1950, depois fizeram parte de um movimento contra a ditadura no Rio Grande do Sul, até entrarem no Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

Foi preso em 1971 pela Oban, aos 16 anos, junto com seu pai. Sua mãe e suas irmãs haviam sido presas na noite anterior e ficaram um ano e meio na prisão. Depois de preso, dentro do camburão a caminho do local que seria transferido, viu num bar um exemplar da Folha da Tarde anunciando a morte de seu pai, que até o momento estava vivo, pois o encontrou logo depois. Seu pai foi assassinado pelos militares no dia seguinte. Como era menor de idade ficou por um período “desaparecido” e depois de três anos foi enviado para o juizado de menores, onde foi enviado para uma prisão hospício, sendo o único preso político do local. No total, passou quase seis anos em detenção.

Não tem nenhuma militância partidária, por mais que tenha ajudado a fundar o PT, prefere ter “liberdade”. É jornalista e não esquece a participação de grandes veículos de comunicação na ditadura que atuam até hoje. Atualmente, faz parte da Associação de Familiares de Mortos e Desaparecidos, além do Fórum de Ex-Presos Políticos. Ajudou a fundar o Núcleo para a preservação da memória, não com a ideia de museu, mas com a visão de retratar e preservar as lutas do povo brasileiro por democracia e por justiça, visando principalmente a informação.

Redes de relacionamento

L., 65, nasceu na Bahia, em Salvador, e foi radicado em São Paulo. Seu pai era comerciante e sua mãe depois que casou deixou de trabalhar. Sobre sua entrada na militância, L. acredita que, com a renúncia de Jânio Quadros, o contexto político

facilitava o engajamento: “a política invadia todos os espaços”, além do importante momento cultural que se encontrava Salvador.

Foi para São Paulo em 1961 e participou do movimento estudantil até 1966, quando se formou em jornalismo. Entrou para a Organização Sindical dos Jornalistas e, dentro da universidade, a partir de uma aproximação com pessoas que eram do PCdoB, e que já estavam um pouco descontente com o partido, entrou para o Ala Vermelha, uma dissidência do PCdoB, mais voltado para a luta armada.

Foi preso em agosto de 1969 e foi solto em 1974. Acredita que a ditadura foi civil-militar, já que haviam militares e civis para todos os lados. Vê a ditadura como um luta de classes onde de um lado estavam os donos do capital e de outro o povo, isto é, explorados e oprimidos em geral.

Continuou na militância logo depois que foi solto. O entrevistado conta que nunca perdeu contato com a organização, mesmo quando preso. Foi um dos fundadores do PT, onde manteve o cargo de vice-presidente do partido, em São Paulo, da sua fundação até 1983, e até hoje é filiado, mas não participa mais das discussões internas do partido. Foi convidado a ajudar na realização do Memorial da Resistência e a criar o Núcleo, o qual milita até os dias de hoje.

Carreira militante

N., 51, nasceu na cidade de São Paulo, é professora de história, com graduação e pós-graduação na área, e dá aulas para o ensino médio. A história de sua família tem a ver com a militância política, desde os bisavôs. Toda geração da família materna lutou contra a ditadura de Vargas pelo Partido Comunista. Sua mãe conheceu o seu pai dentro do partido e suas tias também se casaram com militantes deste partido, “o partido comunista para a minha família foi uma agenda de casamento”.

Ela tinha quatro anos em 1964, mas a sua geração familiar militou contra a ditadura e ela cresceu neste contexto. Decidiu fazer história por uma questão política, começou a conhecer e a se interessar por alguns grupos e foi apresentada ao seu ex-marido dentro da militância. Participou do Partido Comunista e depois migrou para a Convergência Socialista, através de sua irmã, que já militava na organização. Depois do fim da ditadura acabou não militando mais, devido razões pessoais.

A partir da morte dos pais, em 2009, resolveu voltar e militar a favor da abertura dos arquivos. O seu irmão fazia parte do Núcleo Memória e a convidou para participar de um sábado resistente e, como tem afinidades com este assunto, passou a fazer parte

do grupo em 2010. Não participa de nenhum partido, tendo preferência pela militância em grupos.

Interesse pela causa

C., 31, nasceu em Valinhos, interior de São Paulo. É graduada em direito e tem especialização em direito constitucional. Começou a frequentar o Memorial da Resistência e os Sábado Resistentes, organizado pelo Núcleo, onde conheceu os fundadores que a convidaram para ser um membro do movimento, em 2010. Seu interesse pelo tema começou em 2008, principalmente a partir das informações divulgadas em jornais sobre a ação de famílias de mortos e desaparecidos políticos contra o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra⁸.

Neste mesmo ano, iniciou sua especialização e resolveu ter como tema de pesquisa a lei da anistia e, mesmo depois de finalizar sua monografia, continuou a estudar o tema e se envolver cada vez mais. Acredita que o assunto é importante porque os brasileiros devem saber o que aconteceu no país e também porque é de extrema importância para os familiares de desaparecidos políticos, ter o direito de mais informações sobre o que ocorreu realmente .

Seu pai é escrevente e sua mãe é dona de casa. É solteira e sua família não tem nenhuma relação com política. C. não faz parte de nenhum partido político e nunca havia se engajado em nenhum movimento anteriormente, seu interesse por direitos humanos começou na faculdade. Hoje trabalha numa ONG de direitos humanos, em Campinas, São Paulo, onde realiza pesquisas voltadas para o tema.

Considerações finais

Como já citado anteriormente, o contexto político foi favorável para a transformação no Núcleo da Resistência em uma entidade independente, principalmente a partir da fundação do Memorial da Resistência e é uma importante questão para entender a criação do movimento.

A partir das teorias apresentadas sobre engajamento individual no decorrer do trabalho, podemos perceber em todas as entrevistas, a partir de suas histórias de vida, fatores que os motivaram o engajamento. O interesse em lutar por uma memória do passado dos três primeiros entrevistados, fundadores do núcleo, é evidente após entender a participação que tiveram no período da ditadura. Nestes casos, o mais interessante é notar o que os levaram a entrar na militância ainda na juventude e como

este perfil os fizeram continuar lutando por justiça tantos anos depois. Há aí dois pontos relevantes, pois para Tarrow (2009, p. 110) “há aspectos dos estados repressivos que encorajam algumas formas de confronto, enquanto algumas características dos representativos tornam os movimentos mais brandos”, principalmente pelo interesse do governo em manter o controle social.

No primeiro caso, percebemos que as redes de relacionamento e o contexto político foram determinantes para o engajamento, assim como também a mudança para São Paulo, situação que também encontramos em outros entrevistados. Neste exemplo também é importante demonstrar que eventos biográficos: primeiro, o trabalho, e depois, seu casamento e o nascimento de seu filho, o levaram a se afastar da militância, que retomou após se aposentar e ter contato com pessoas que participavam do Fórum de Ex-Presos Políticos de São Paulo.

No segundo exemplo, temos um caso claro de carreira militante desde a infância. Devido o engajamento de seus pais, de sua prisão ainda menor de idade e do assassinato do pai pela tortura, sua vida sempre esteve de alguma forma ligada à militância. O contexto político é um dos principais motivos que levaram o terceiro caso ao engajamento, além das relações durante a vida escolar até a universidade onde teve contato com pessoas ligadas a partidos. E, além de lutar pela memória do período ditatorial, traz essa luta para a sua profissão, o jornalismo, que como destaca Petrarca (2008), tem determinadas afinidades com a política. Aliás, é importante perceber que os três fundadores do Núcleo optaram em cursar jornalismo na universidade.

A quarta entrevista apresenta uma pessoa que possui uma família com grande trajetória militante. Em todas as causas em que se engajou sofreu a influência de algum membro da família, casou na militância e, durante a sua vida, fez diversas escolhas baseada na militância. E foi também por motivos familiares e pessoais que se afastou da militância. Hoje, por ser historiadora e pelo seu passado, luta, através do núcleo e das salas de aula, para evidenciar uma memória que julga importante.

O último caso é o mais diferente. O indivíduo não possui influências familiares e não tinha um passado de militância, mas o capital escolar forneceu os subsídios para seu interesse ao tema, e a criação do Memorial da Resistência, a participação em eventos realizados pelo Núcleo, o fizeram conhecer os fundadores, o que o levou a militar pela causa.

Para Passy (1998), os movimentos sociais atuais são favoráveis para levar à militância pessoas que toma para a si a luta de certa classe de indivíduos, o que ela denomina de movimentos de solidariedade. O indivíduo que se engaja está dentro de um

contexto social e político que lhe permite ver questões do mundo moderno que o influencie a militância, não sendo mais uma questão apenas individual, como aparece nas teorias de McCarthy e Zald (1977), onde as pessoas altruístas são exceções. Estes autores acreditam que para um indivíduo se engajar há a necessidade de que, além de estar descontente com alguma coisa, ele tenha um incentivo a mais, como ter contato com e-mails de manifestação, participação da mídia, etc.

Poderíamos analisar o engajamento dos militantes do Núcleo Memória a partir da teoria dos novos movimentos sociais, por exemplo, buscando entender, como propõe McAdam, McCarthy e Zald (1996), as oportunidades políticas, as estruturas de mobilização e os quadros de interpretação, que não são individuais, mais coletivos, o que apresentaria resultados menos satisfatórios, já que o Núcleo possui determinadas características que não se enquadram nestas análises. Porém, como explica Sawicki (2003), as pesquisas que visam entender o engajamento oscilam entre dois pontos de vista: um que visa as estruturas sociais e organizacionais e outro que busca compreender as trajetórias e carreias individuais, mas, em determinados casos, é possível unir as teorias e, muitas vezes, moldá-las para o objeto de pesquisa, visando o melhor resultado do trabalho.

Neste sentido, é importante perceber que tanto as teorias norte-americanas quanto as francesas estão relacionadas às realidades da região de onde foram produzidas e muitas vezes não respondem a questões ligadas a realidade dos países latino-americanos, por exemplo. É o que percebe Noonan (1995) em seu estudo sobre as mulheres militantes durante a ditadura chilena. A partir da análise de quadros, demonstra que é necessário entender o contexto político local para entender o que e como as mulheres conseguiram se engajar, o que não seria possível se realizasse o estudo com teorias prontas e fechadas. Masson (2009) também percebe que os movimentos sociais estão abrindo mão de quadros de análise ocidentais para se enquadrar em suas realidades.

Devido o contexto dos países latino-americanos e os momentos políticos em que viveram, como demonstrado por Goirand (2009), alguns autores já começaram a questionar se os modelos existentes são suficientes para explicar os movimentos sociais desta parte da América, como por exemplo, Maria da Glória Gohn, que fala de um “paradigma latino-americano”, oposto ao modelo norte-americano de mobilização de recursos. Algumas outras questões também não receberam a atenção que devia, como a instabilidade, a fragmentação e a heterogeneidade dos movimentos latino-americanos

não terem sido observados em termos de recursos, modos de ação ou oportunidades, sempre sendo visto como uma “falha” da formação dos movimentos.

Notas

¹ Trabalho apresentado na disciplina “Engajamento, militância e participação política”, do núcleo de pós-graduação em antropologia (NPPA), da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

² Jornalista e mestrandia em antropologia pela Universidade Federal de Sergipe

³ Neste caso, a metodologia se aproxima da escola francesa, que privilegia “o qualitativo, os estudos em pequena escala que procuram ganho em profundidade” (SEIDL, 2011, p. 179).

⁴ Em nenhum dos entrevistados foi notado grande acúmulo de capital, mas condições básicas de seus familiares e, em alguns casos, do próprio trabalho, que possibilitavam a oportunidade de estudar em universidades conceituadas.

⁵ É importante ressaltar que o movimento estudantil foi um importante meio de ativismo contra a ditadura militar e foi a porta de entrada de parte dos entrevistados à militância. Segundo Mische (1997, p. 135), ele foi “brutalmente esmagado em 1968 com a prisão, perseguição, morte ou exílio da maior parte das lideranças, muitas das quais entraram em grupos clandestinos de resistência armada durante os anos 70”.

⁶ Segundo o entrevistado, os menores de idade que vinham para o Brasil ganhavam a naturalização temporariamente até completarem 21 anos, quando deveriam buscar pelo documento definitivo. No caso do entrevistado, ele estava preso e não obtinha este documento, ficando sem nacionalidade.

⁷ Criada durante a ditadura militar no país, em 1979, a lei da anistia concede perdão aos crimes políticos cometidos no período do regime militar, não fazendo distinção entre torturadores e militantes contrários ao governo autoritário.

⁸ Entre 1969 e 1973, Ustra foi responsável por comandar um dos principais centros de tortura do período da ditadura, o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) de São Paulo.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007, p. 317-433.

CEFAÏ, Daniel; TROM, Danny. **Les formes de l’action collective**. Paris: editions de L’EHESS, 2001.

EDER, Klaus. **A classe social tem importância nos estudos dos movimentos sociais?** RBCS Vol. 16, 2001, p. 5-17.

FILLIEULE, Olivier. **Propositions pour une analyse processuelle de l’engagement individuel**. França: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 2001.

FILLIEULE, Olivier; PUDAL, Bernard. **Sociologie du militantisme. Prolématizations et déplacement des méthodes d’enquête**. In: Penser les mouvements sociaux. Paris: La découverte, 2010, p. 163-184.

GOIRAND, Camille. **Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada**. Est. Hist: Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, 2009, pp. 323-354.

KLANDERMANS, Bert, OEGEMA, Dirk. **Potentials, networks, motivations, and barriers: steps toward participation in social movements**. American Sociological Review, 1987.

LOCHARD, Yves; SIMONET, Maud. **Les experts associatifs, entre savoirs profanes, militants ET professionnels**. In Sociologie de groupes professionnels. Paris: Éditions la Découverte, 2009, pp. 274-284.

MASSON, Sabine. **Genre, race et colonialité en Amérique Latine et aux Caraïbes: une analyse des mouvements indigenes et feminists**. In: Le sexe du militantisme, pp. 299-316.

- McADAM, Doug, McCARTHY, John D., ZALD, Mayer N. **Comparative perspectives on social movements**. Cambridge/New York: Cambridge University, 1996.
- McADAM, Doug, PAULSEN, Ronnelle. **Specifying the relationship between social ties and activism**. The University of Chicago, 1993.
- McCARTHY, John D., ZALD, Mayer N. **Resource mobilization and social movements: a partial theory**. American Journal of Sociology, v. 82, n 6, 1977, p. 1212-1241.
- MISCHE, Ann. **De estudantes a cidadãos**. Revista brasileira de educação, n 05, 1997, p. 134-150.
- NOONAN, Rita K. **Women Against the State: Political Opportunities and Collective Action Frames in Chile's Transito to Democracy**. Miami, FL, 1993, pp. 81-111.
- PASSY, Florence. **L'action Altruiste: Coontraintes et opportunités de l'engagement dans les mouvements sociaux**. Genève: Librairie Droz S.A., 1998, pp. 27-55 e 149-201.
- PÉCHU, Cécile. **Laissez parler les objets**. In: L'atelier Du politiste. Paris, Découverte, 2007, p. 59-78.
- PETRACA, Fernando Rio. **Carreira militatem inserção profissional e exercício do jornalismo no Rio Grande do Sul**. Florianópolis: UFSC, 2008, pp. 311-325.
- SAWICKI, Fédéric. **Lês temps de l'engagement: à propôs de l'institutionnalisation d'une association de défense de l'environnement**, Paris: Berlin, 2004, pp. 123-146
- SEIDL, Ernesto. **Disposições a militar e lógica de investimentos militantes**. Campinas, SP: Pro-Posições, v. 20, n 02, 2009, p. 21-39.
- _____. **(Re)pensar os movimentos sociais**. Revista Brasileira de ciências sociais, v. 26, n 75, 2011, p. 178-181.
- TARROW, Sidney. **Do confronto aos movimentos sociais**. Petrópolis: Vozes, 2009, pp. 99-177.
- THÉVENOT, Laurent. **Faire entendre une voix. Régimes d'engagement dans les mouvements sociaux**, Mouvements n°3, mars-avril 1999.
-